



## Revista Educação e (Trans)formação Journal Education and (Trans)formation

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco

### O PROCESSO DA INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO DISCURSO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

**Érica Ferreira da Silva**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco  
[erikaferrer48@gmail.com](mailto:erikaferrer48@gmail.com)

**Leila Nascimento da Silva**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco  
[leilansufrpe@gmail.com](mailto:leilansufrpe@gmail.com)

**Maria Letícia de Azevedo Silva**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco  
[leticiaazevedo131@gmail.com](mailto:leticiaazevedo131@gmail.com)

**Resumo:** Neste artigo abordaremos as perspectivas e concepções existentes nos discursos dos profissionais da educação, relacionadas diretamente com a inclusão das pessoas com deficiência e com toda sua demanda e seu processo para alcançar tal inclusão. Nossa intenção foi buscar compreender como ocorre o processo da inclusão dos alunos com deficiência na instituição de ensino. No decorrer da história da educação inclusiva notamos vários progressos, todavia ainda é necessário o debate acerca desse tema que se tornou essencial na sociedade brasileira. Nosso embasamento teórico se deu pelas diversas leis promulgadas, leis que nortearam nossa pesquisa. A pesquisa foi realizada em uma instituição de ensino público, localizada na cidade de Caetés – Pernambuco, durante o mês maio de 2019. Para isso, efetivamos uma pesquisa com abordagem qualitativa e o instrumento de coleta de dados se deu por meio da entrevista semiestruturada com os sujeitos envolvidos sendo estes, a gestora, 3 professoras e 1 apoio pedagógico. Fizemos uma entrevista com o intuito de coletar informações sobre como ocorre o processo da inclusão dos alunos com deficiência.. Identificamos fatores preocupantes, como a falta de acessibilidade na estrutura física da instituição, a falta de especialização dos professores, que até então só possuem a graduação em Pedagogia, a falta de cumprimento do próprio Estado quanto à efetivação desses fatores e a discriminação ainda existente.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Escola, Concepções Docentes

### THE PROCESS OF INCLUSION OF DISABLED STUDENTS IN THE SPEECH OF EDUCATION PROFESSIONALS

**Abstract:** In this article, we will address the perspectives and concepts that exist in the discourse of education professionals, directly related to the inclusion of people with disabilities and with all their demand and their process to achieve such inclusion. Our

Revista Educação e (Trans)formação, Garanhuns, v. 05, n. 01, jan. 2020 / jun. 2020

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/index>

intention was to seek to understand how the process of inclusion of students with disabilities occurs in the educational institution. Throughout the history of inclusive education, we have noticed several advances, however, there is still a need for debate on this topic that has become essential in Brazilian society. Our theoretical basis was given by the various laws enacted, laws that guided our research. The research was carried out in a public education institution, located in the city of Caetés - Pernambuco, during the month of May 2019. For this, we carried out a research with a qualitative approach and the data collection instrument took place through the semi-structured interview with the subjects involved being these, the manager, 3 teachers and 1 pedagogical support. We conducted an interview in order to collect information about how the process of inclusion of students with disabilities occurs. We identified worrying factors, such as the lack of accessibility in the physical structure of the institution, the lack of specialization of teachers, who until then only have the graduation in Pedagogy, the lack of compliance by the State itself regarding the effectiveness of these factors and the discrimination that still exists.

**Keywords:** Inclusive Education, School, Teaching Conceptions

## 1. Introdução

Para entendermos do que se trata o assunto da Educação Inclusiva, como passo inicial devemos conhecer o seu marco histórico e legal para poder compreender e valorizar as diversas leis que buscam garantir, da melhor maneira possível, essa inclusão. Portanto, utilizaremos, no presente artigo, algumas das principais leis e documentos que são fundamentais para a efetivação do processo de inclusão dos alunos deficientes na escola, dentre elas, a Lei de Diretrizes e Bases (1961; 1971; 1996), a Constituição Federal (Brasil, 1998), o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), a Declaração Mundial Sobre Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994), as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) e o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (2015).

Em princípio, as diversas leis que conduzem o processo da inclusão educacional auxiliaram bastante as pessoas com deficiência para o desenvolvimento, no que tange os aspectos do ensino e da aprendizagem e sua interação com outros indivíduos. Essas leis retratam o importantíssimo poder do Estado e da sociedade na garantia da inclusão e tratam dos aspectos do papel da estrutura física, do ensino regular, Atendimentos especializados, dos profissionais qualificados e a relação da discriminação e conscientização que permeia estes alunos. Tudo isso é imprescindível nesse ato de inclusão.

Iremos, portanto, abordar os discursos dos profissionais da educação envolvidos neste processo de inclusão escolar, numa instituição de ensino público, localizada na cidade de

Caetés - Pernambuco, visando entender como a escola, em seu cotidiano, consegue efetivar um projeto de inclusão dos alunos com deficiência. Para a realização da pesquisa, usamos a abordagem qualitativa, e como instrumento de pesquisa para a coleta de dados, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a gestora, professoras do 3º e 4º ano e um apoio pedagógico do 3º ano.

A seguir, apresentamos na seção 2, um breve histórico do contexto da inclusão escolar no Brasil por meio das legislações, apontando como se deu seu surgimento e programas desenvolvidos a partir da década de 1990. Na seção 3, desenvolvemos questões relacionadas às políticas públicas que buscam efetivar a educação inclusiva. Nas seções subsequentes apresentaremos a metodologia e a análise dos resultados.

## **2. Breve Histórico da Educação Inclusiva no Brasil**

Antes da questão da inclusão educacional se tornar um tema bem discutido na atualidade, situaremos o seu surgimento no Brasil século XIX, denominado período imperial. De acordo com Lima e Rodrigues (2017, p.28), há dois marcos principais na educação dos alunos com deficiências, o primeiro quando Dom Pedro II simpatizou com um talentoso jovem cego chamado José Álvares de Azevedo e criou o instituto dos Meninos Cegos em 1854 e o outro marco ocorreu com a fundação do Instituto dos Surdos-Mudos em 1857.

No final do século XIX, os alunos com deficiência eram vistos como anormais, não tinham acesso à escola e quando conquistaram esse espaço passaram a ser atendidos em escolas especiais. Essas distinções são evidenciadas em 1933, no Estado de São Paulo com o decreto 5.884 em sua parte VII da Educação Especializada, em seu artigo 824, que autorizava a criação de diversas escolas ou classes, cada uma especializada para sua respectiva deficiência. (DECRETO 5.884 DE 1933 apud KASSAR, 2011, p. 64-65).

Era necessário, mas não se tinha uma legislação de âmbito nacional voltada somente para a educação, sua concretização se deu com a criação da lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional apresentando em seu capítulo III, título X, Art. 88. A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade. (BRASIL, 1961, p. 15). Como podemos ver a educação inclusiva é tratada como a educação para os excepcionais, esse enquadrar-se no sistema geral significa o abandono da forma de ensino anterior, no caso as escolas ou classes especiais.

O que realmente reconfigurou o meio educacional, proporcionando maiores avanços foi a Constituição Federal (1988). Em seu capítulo III, seção I, o Art. 205 decreta a Educação como um direito de todos que o Estado tem o comprometimento em garantir, mas para acarretar seu desenvolvimento pleno, suas ações precisam acontecer em via dupla, não é somente o Estado que deve assegurar a educação, mas também a sociedade possui sua parcela de contribuição. (BRASIL, 1988, p.123).

É possível inferir, por esta afirmação de educação para todos, que os deficientes deveriam estar inclusos. Apesar desse fato, a Constituição (1988, p. 123-124) determina: “Art.208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Após esse artigo fica explícito esse dever de comprometimento que o Estado tem de assumir para garantir da melhor maneira a oportunidade de estudo para os deficientes. No decorrer da Constituição (1988) mudanças educacionais foram causadas em 1990, como a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, lei nº 8.069/1990, em seu capítulo IV: Art.54. “É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescentes: III- atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (BRASIL, 2017, p. 35). Documento reafirmando o poder do Estado no ato da educação e enfatizando a educação para os alunos deficientes, mediante o atendimento especializado preferencialmente no sistema regular de ensino.

A lei nº 9.394/1996 a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), em seu capítulo V, ressalta a importância da educação para os alunos com deficiências e vem atualizando o que a constituição federal (1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) designam. A lei regulamenta que o ensino seja preferencialmente no sistema regular de ensino, acrescentando que o Estado deve fornecer apoio se necessário, aos sistemas educacionais inclusivos e a preparação dos profissionais especializados. (BRASIL, 2019, p. 30). Assim, a Educação Inclusiva avançou consideravelmente a partir da década de 1990. As leis, estatutos, resoluções e eventos como a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990) contribuíram para que medidas fossem tomadas para garantir a igualdade de acesso à educação a todo e qualquer tipo de deficiência. (JOMTIEN, 1990, p.4)

Logo após a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), outra iniciativa de sucesso para o processo de inclusão aconteceu por meio das Nações Unidas em 1994, com

a criação do documento: Regras Padrões sobre Equalização de Oportunidades para Pessoas com Deficiência, intitulada e mais conhecida como a Declaração de Salamanca (1994, p. 3): “O princípio que orienta esta estrutura é o de que as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independente de suas condições físicas intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.”

Seu intuito é que as escolas propiciem que todas essas crianças participem efetivamente da vida escolar, diante desses critérios as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, lei CNE/CEB n° 2/2001 também prescreve:

Art.2° Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, p. 1)

Ademais, é fundamental a discussão sobre os preconceitos a respeito da educação inclusiva. Esses preconceitos os acompanham diariamente, apesar de leis e ações, ainda acontece episódios de preconceito que acarretam em dificuldades para o aluno se sentir incluído e reflete mais ainda em sua aprendizagem, alguns autores (MACHADO; REIS; LOPES, *apud* Programa de Desenvolvimento Educacional/ SEED/PR, 2004; SAMPAIO; SAMPAIO, 2009) agregam que o sistema de ensino necessita ser intercultural, essa diversidade ganha espaço na relação entre sujeitos, cada qual com seu padrão cultural único. Ao se trabalhar compreendendo estes modos, aumenta a aceitação e inclusão do próximo, ao modo que se estabelecer um ensino respeitoso, se torna significativo para cada aluno, além de desenvolver a consciência de que todos somos iguais em direitos e deveres, irá gerar um incentivo relacionado a causas coletivas. Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007), essa educação deve ser tratada, tanto pelos indivíduos, quanto pela comunidade pelos princípios de respeitar, incluir e preservar todas as diferenças.

### **3. A Educação na perspectiva da Escola Inclusiva**

O debate sobre a Educação Inclusiva, como visto no tópico exposto acima, iniciou-se no Brasil no século XIX, notamos que, por meio dos debates e as normas implementadas, encandearam um avanço quanto à inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular. Contudo, a preocupação da efetivação de um sistema educacional inclusivo, torna-se uma

questão a ser discutida no presente trabalho e que já vem sendo foco de vários outros estudos (MENDES; ROGRIGUES; CAPELLINI, 2003; MICHELS; GARCIA, 2014; BARRETA; CANAN, 2012). Oliveira e Leite (2007, p. 512), por exemplo, falam da necessidade de se pensar em novas formas de organização escolar para atender a essa inclusão:

Do ponto de vista educacional, o processo de inclusão deve ser capaz de atender a todos, indistintamente, sendo capaz de incorporar as diferenças no contexto da escola, o que exigirá a transformação de seu cotidiano e, certamente, o surgimento de novas formas de organização escolar, audaciosas e comprometidas como uma nova forma de pensar e fazer educação.

Como apresentado anteriormente, as políticas públicas voltadas para a educação inclusiva foram indispensáveis, para que a mesma ganhasse o seu devido espaço. Contudo, como mencionado por Oliveira e Leite (2007, p. 512), “a escola, ao incluir os alunos com deficiência, deverá pensar em uma nova forma de fazer educação”. Desse modo, na questão da infraestrutura a escola deve sofrer alterações para que se torne um ambiente acessível, como regulamenta o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015, p. 17), em seu artigo 70: “a construção, a reforma ou a ampliação de edificações de uso público ou privadas de uso coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis.”

É necessário ressaltar que não é apenas construir rampas, é antes de mais nada tornar a instituição acessível em todos os seus aspectos, tanto físico como organizacional. É primordial também pensar na permanência desse aluno com deficiência. E isso está posto também no Estatuto. Dessa forma, ao atender alunos com deficiências os sistemas de ensino, deverão seguir as normas das políticas públicas implementadas, assim, poderão garantir a permanência dos seus alunos com deficiência, uma vez que os mesmos terão seus direitos à educação inclusiva. Nos dizeres de Guerreiro e Queiroz (2019, p. 234):

as políticas públicas voltadas à inclusão escolar perpassam pela criação de medidas, que contemplem o respeito às diferenças de forma a viabilizar, além do acesso, a permanência e o desenvolvimento da aprendizagem, pois “os alunos com necessidades educativas especiais precisam ter acesso à escola e a mesma precisa voltar-se para um ensino centrado no aluno, possibilitando o desenvolvimento de suas capacidades e necessidades de aprendizagem”).

Assim sendo, é essencial que o aluno com deficiência tenha acesso a recursos essenciais, como uma escola preparada para recebê-lo e a disponibilidade de tecnologias

assistivas. Ademais, outro fator a ser considerado é a preparação dos profissionais para atender os alunos com deficiência, está previsto na LDB (1996, p. 39), em seu capítulo V, Art. 59 inciso III que os professores deverão ter uma “especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

É essencial a especialização e a capacitação dos profissionais da educação para atender os alunos com deficiência. Em um estudo apresentado por Pletsch (2009, p. 148), a autora pôde observar que os professores não se sentem preparados para atender crianças com deficiências, dessa forma, “muitas vezes a falta de preparo e informação impede o professor de desenvolver uma prática pedagógica sensível às necessidades do aluno especial incluído.”

Uma das recentes conquistas da Educação Inclusiva, foi o Atendimento Educacional Especializado (AEE), surgiu no ano de 2009, o objetivo desse atendimento é de complementar a formação do aluno com deficiência (MEC, 2009). Esta proposta é obrigatória e deve ser oferecida pelo sistema de ensino, e esse atendimento funciona em horário distinto ao da aula, é realizado em um espaço físico intitulado como Sala de Recursos Multifuncionais. Estas salas precisam ser organizadas com mobiliários adequados, materiais didáticos e pedagógicos, recursos de acessibilidade e equipamentos específicos para o atendimento dos alunos. (BRASIL, 2010). Sobretudo, para que este atendimento aconteça é necessário, profissionais especializados para o atendimento, espaço para o seu funcionamento e acima de tudo cumprimento do próprio sistema educacional com esta política pública. Como enfatizam as autoras Guerreiro e Queiroz (2019, p. 243):

A formação de professores para o AEE e o apoio ao professor do ensino regular precisam estar articulados aos referenciais teóricos preconizados para essa formação, os quais compreendem múltiplos saberes como desenvolvimento pessoal, profissional, saber pedagógico e científico, escola como espaço de produção de conhecimento, o saber da experiência e prática.

Esses saberes são essenciais não somente para o atendimento do AEE, mas para todos os professores que atendem alunos com necessidades especiais e, além disso, é essencial o envolvimento de toda a equipe da escola, e mais ainda do sistema educacional brasileiro.

#### 4. Metodologia

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer como ocorre o processo da inclusão de alunos com deficiência no contexto escolar, através dos discursos dos profissionais da educação de uma dada escola pública. Para isto foi realizada uma pesquisa com uma abordagem qualitativa, na qual segundo Minayo (2008, p. 21), “o objeto da pesquisa qualitativa é o universo da produção humana, esta abordagem se aprofunda no mundo dos significados”.

O instrumento de coleta de dados se deu por meio da entrevista semiestruturada (MINAYO, 2008 p. 64). As entrevistas foram realizadas no mês de maio de 2019 e todas foram gravadas e transcritas pelas pesquisadoras. Ao todo realizamos sete perguntas: *1. Como você busca a participação dos alunos com deficiência no processo de ensino e da aprendizagem? Quais práticas pedagógicas você utiliza para incluí-los em sala? 2. Como esses alunos são avaliados? 3. Qual o comportamento dos outros alunos em relação aos seus colegas com deficiência? 4. Qual a contribuição dos pais no processo de ensino e de aprendizagem dos seus filhos com deficiência? 5. E qual a contribuição de um aluno deficiente estudar com alunos que não são deficientes?* Para a gestora formulamos duas perguntas: *1. Houve alguma mudança na estrutura física da escola para atender os alunos? 2. Para você, quais os grandes desafios enfrentados para garantir a inclusão?*

Por questões éticas manteremos o anonimato dos profissionais envolvidos, bem como da escola. Passaremos a nomear apenas utilizando números: ex: Professora 1, professora 2.

A seguir elaboramos um quadro contendo a formação dos professores e da gestora, seu tempo de atuação, tempo de experiência na instituição da qual fazem parte e a quantidade de alunos com deficiência que cada um dos professores atende.

Quadro 1: Perfil dos profissionais da educação

<b>Professores</b>	<b>Formação</b>	<b>Tempo de atuação</b>	<b>Tempo de experiência na instituição</b>	<b>Quantidade de alunos que atende</b>
Professora 1	Pedagogia	10 anos	5 anos	1
Professora 2	Pedagogia	7 anos	2 anos	1
Professora 3	Pedagogia e iniciando a Pós-Graduação	16 anos	1º ano na instituição	3
Apoio pedagógico	Pedagogia e terminando a	8 anos	2 anos	1



	Pós-Graduação em Psicopedagogia			
Gestora	Pedagogia	21 anos	2 anos	6

(Fonte: Autoras)

Como podemos observar, todos estes profissionais da educação possuem formação em Pedagogia, contudo, o apoio pedagógico, e a professora 3 estão se especializando com a pós-graduação. Ademais, a maioria destes profissionais, estão na instituição a mais de um ano, exceto a professora 3, e todos atendem alunos com deficiência. Em relação aos alunos, as deficiências são de várias ordens: Síndrome de Down, Déficit de atenção, Hipoplasia cerebelar e Deficiência mental.

## 5. Análise dos resultados

Como mencionado acima, elaboramos 7 perguntas ao todo, 5 perguntas, foram direcionadas aos professores, e 2 delas, à gestora da instituição.

A primeira pergunta foi em relação ao processo de ensino e de aprendizagem e as práticas pedagógicas utilizadas para incluir os alunos em sala de aula, todos os professores entrevistados responderam, de forma semelhante, que este processo de incluir o aluno no ensino e na aprendizagem seria por meio de “atividades diferenciadas e dinâmicas onde o aluno possa participar”. A professora 2 acrescentou ainda: “(...) a gente fala atividade diferenciada, tem que estar de acordo com o assunto que eu estou dando em sala, com o restante da turma, dessa forma ele já vai está interagindo, e no desenvolvimento das atividades mesmo”.

A professora 3, que atende 4 alunos deficientes, em opinião semelhante a professora 2, destacou:

Assim (...) como tem o professor de apoio a gente combina muito nas atividades que são trabalhadas com eles, tem uma aluna que não tem coordenação motora (Aluna 5), e assim tem atividades que ela só faz rabisco, a outra (Aluna 9) tem hora que não fica na sala, então assim é um processo bem complicado para o aprendizado deles, mas são atividades tanto xerocadas, como também práticas. (Fonte: entrevista)

Dessa forma, como vimos anteriormente com Guerreiro e Queiroz (2019, p. 243), é preciso que o apoio ao professor esteja articulado com saberes pedagógicos, o saber da

experiência e da prática, para assim proporcionar o ensino e a aprendizagem conforme as necessidades dos seus alunos.

É possível relacionar as respostas das professoras e notar o quanto uma pode acrescentar na outra, e o quanto o saber da experiência e da prática se destaca nesses casos. Como é o caso da fala da professora 1:

(...) quando é alguma atividade mais dinâmica, eu procuro algo que ela (aluna 6) possa participar para que, não fique excluída. Tipo, se for um jogo, aí tem que ser um jogo que ela também participe, mas como ela já é adulta e ela não tem deficiência física, facilita todo o processo, tipo assim (...) uma criança que não tem coordenação motora, dificulta né!? Tem atividades que ela não consegue, mas com a minha aluna é tranquilo, ela sabe o nome dela, conhece os números até 5, as vogais e algumas consoantes. (Fonte: entrevista)

Desse modo, como vimos anteriormente com Pletsch (2009, p. 143), o professor, nesses casos de incluir os alunos no ensino e na aprendizagem, deve ser capaz de construir e adaptar atividades que se adequem aos seus alunos.

A segunda pergunta, foi direcionada em como os alunos com deficiência são avaliados e, todos os professores responderam que eles são avaliados por conceito, onde este conceito está relacionado ao comportamento e ao desenvolvimento dos alunos. A professora 2 ressaltou:

Tudo que ele faz é avaliado (...) Se você não estiver atenta aos detalhes, vai pensar: nossa, esse aluno não aprendeu nada, não é assim, não é como a gente quer, é no tempo dele, a criança com necessidades especiais tem seu tempo e suas limitações e você tem que perceber essa limitação não é querer que ele faça igual aos outros, vistos “normais”. (Fonte: entrevista)

Em consonância com a professora 2, a professora 3 destacou: “De acordo com atividades vivenciadas, coordenação na leitura, tem uns que estão identificando algumas letras, no caso números, sons de palavras, tem uns que conseguem até formar palavras através de jogos”. O apoio pedagógico acrescentou: “Eles são avaliados por conceitos, o conceito está relacionado ao comportamento e aprendizado”.

Então é necessário levar em consideração a bagagem de informações dos alunos como suas características, habilidades e suas necessidades de aprendizagem, esse acompanhamento favorece o desenvolvimento da aprendizagem, em seus respectivos níveis. Com o discurso dos professores isso se faz presente, de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015) em seu Capítulo V, Art. 41, Inciso IV: “a adaptação dos (...) métodos, técnicas pedagógicas e de avaliação a fim de que se garanta a aprendizagem com qualidade”.

Dessa forma, pode-se identificar através das falas de todas as professoras entrevistadas, uma avaliação muito mais preocupada com a garantia do avanço das aprendizagens dos alunos do que com a simples mensuração do que sabem e do que não sabem, com uma suposta classificação dos alunos visando à promoção. Assim, as professoras estão reafirmando, nos dizeres de Pletsch (2009, p. 149): “que a aprendizagem é um processo individual, ocorrendo de maneira ativa em cada pessoa, de tal maneira que é o aluno que controla o seu processo de aprendizagem, sempre partindo do que sabe e influenciado por sua história pessoal e social”.

Relativo ao ensino e aprendizagem dos alunos com deficiência, questionamos ainda quais eram as contribuições dos pais nesse processo de inclusão, recebemos algumas respostas como a professora 1 afirma: “Assim as atividades de casa, quando vai, as atividades vêm, sempre vêm, e quando precisa a família vem a escola. São bem participativos, apesar de ser uma menina que a gente não precise chamar e tudo né!? Mas, sempre que precisa eles estão presente.” Professora 1 (Fonte: entrevista)

Compartilhando da mesma ideia que a professora 1, referente à participação desses pais no processo de inclusão, a professora 2 responde:

Acho que só o fato deles já terem matriculado os filhos no ensino regular, na sala regular mesmo, já é um avanço muito grande, porque é uma luta(...) imagine uma mãe, um pai estar com um filho em casa com alguma deficiência e ter o preconceito de dizer assim, não eu não vou colocar meu filho na escola, porque vai ter os coleguinhas, e os outros são diferentes dele(...) mas assim, pra mim mesmo é de fundamental importância a participação dos pais na escola, tem o papel deles, e tem o da escola também que é acolher, não só as crianças com deficiência, mas os pais também. Professora 2 (Fonte: entrevista)

Pelo simples fato de matricular o aluno, proporcionando a participação no ambiente de ensino, ao ir na escola quando precisa, os pais são muito participativos. A professora 3 neste aspecto possui uma visão diferente das professoras 1 e 2, evidenciadas na fala: “Eu particularmente não vejo ajuda da família não, porque eu mesma não cheguei a conhecer nenhum deles (...) às vezes eles fazem atividade em casa e eu pergunto quem ajudou, eles dizem que foi o irmão, mas eles fazem a atividade de casa”. Professora 3 (Fonte: entrevista)

Salientamos que a participação dos pais neste processo é indispensável, não só por serem alunos com deficiência, mas é essencial que haja a junção da família, escola e sociedade, pois como diz Glat e Fernandes (2005, p. 2): “a ênfase não era mais a deficiência intrínseca do indivíduo, mas sim a falha do meio (escola, clínica, família) em proporcionar condições adequadas que promovam a aprendizagem e o desenvolvimento social e

acadêmico”. Desse modo, a junção da família e da escola favorece o desenvolvimento do aluno em seu ambiente escolar. A interferência dos pais somente se torna negativa, na medida em que, superprotegem seus filhos.

Além disso, ao perguntarmos se os alunos participavam das festividades, o apoio ressalta: "Sim, eu sempre coloco, mas quando a mãe está por perto o processo é mais difícil, do que quando está só o aluno. Para a mãe é tudo não. Não pode, não faz e não deve e tem horas que é preciso dizer sim, sim e sim”.

Portanto, é necessário que a proteção da família seja mediada, pois há casos em que está proteção torna-se uma excessiva necessidade de excluir a criança com deficiência dos meios básicos para o seu progresso. E segundo Szymanski (2010, p. 20), a família teria a responsabilidade pelo processo de socialização dos seus filhos: “A família, nesta perspectiva, é uma das instituições responsáveis pelo processo de socialização realizado mediante práticas exercidas por aqueles que têm o papel transmissor – os pais – e desenvolvidas junto aos que são receptores – os filhos”.

Ao ser perguntado sobre a interação e a contribuição de um aluno deficiente ao estudar com os outros alunos, todos os profissionais falaram que é de grande contribuição é essencial essa troca de saberem ao estudarem juntos. A professora 1: “Tipo assim, a interação, as vezes tem uma atividade, (professora solicita) ajude ela, e eles ajudam, contribuem com tudo até na brincadeira, sabe. Às vezes, na competição todos estão ajudando, não tem discriminação nenhuma”. (Fonte: entrevista)

A professora 1 solicita que os demais alunos prestem auxílio, apesar de ser ela a tomar iniciativa, não ocorre nenhum tipo de discriminação. A professora 2, que atende o aluno (1) com Síndrome de Down, que possui dificuldade em se comunicar, ressaltou:

Os alunos acolhem ele muito bem, muito bem mesmo, assim (...) eles não entendem o que ele fala, porque é do jeitinho dele, mas(...) é como se eles entendessem, mas, não tem uma exclusão assim. Eles estão sempre em interação com ele, brincando, conversando, tentando entendê-lo. Professora 2 (Fonte: entrevista)

As professoras 1, 2, e 3 demonstram que seus alunos se tratam bem, com muito respeito para com os seus colegas com deficiência, cumprindo com o que diz o Plano de Desenvolvimento da Educação (2007) a respeito dos princípios de respeitar, incluir e preservar todas as diferenças. A professora 3 infere:

Tem contribuição, porque, esses que tem deficiência, tem mais uma proteção, um cuidado a mais e os outros não, eles sabem o que é certo, e o que é errado. E os com

**Revista Educação e (Trans)formação, Garanhuns, v. 05, n. 01, jan. 2020 / jun. 2020**

Universidade Federal do Agreste de Pernambuco - UFAPE

<http://www.journals.ufrpe.br/index.php/educacaoetransformacao/index>

deficiência não sabem diferenciar, e parte da aprendizagem também não. Eles (alunos **sem** deficiência) buscam ajudar os que não sabem. (Fonte: entrevista.)

As professoras 1, 2 e 3, possuem um discurso baseado na mesma posição: a de que todos os alunos com deficiência são tratados bem, pelos outros colegas. O apoio se assemelha até certa parte onde cita as contribuições e o seu valor, identificadas no trecho a seguir:

É muito grande a contribuição. Quando as outras crianças estando naquele mesmo ambiente, estudando a mesma coisa, sabendo que são ditos normais e que também tem suas dificuldades. Quando veem a dificuldade que o colega deficiente tem eles se tornam exemplos de superação, quando as outras crianças interagem com elas, percebem a importância dos detalhes, que significam muito”. (Apoio pedagógico) (Fonte: entrevista)

Existem contribuições, mas ainda há uma discriminação, relacionando esse posicionamento do apoio, agregamos o que a gestora nos respondeu ao perguntarmos quais os grandes desafios para garantir essa inclusão escolar, a mesma trouxe de volta a questão do preconceito ao relatar: “aceitação das pessoas ainda é o maior problema, tornando-se um problema até maior do que a estrutura. O maior desafio é a discriminação o preconceito.” (Fonte: entrevista)

Desse modo, é relevante que as crianças com deficiência tenham esse convívio com as outras, não é deixá-la quieta, muitas vezes ela também quer brincar e interagir, ela só precisa de estímulo e respeito. Quanto ao preconceito, ele está enraizado em nossa cultura e dessa forma ele deve ser trabalhado em todos os seus aspectos, porque apesar de tantos discursos acerca desse assunto, ele encontra-se sólido em nossa sociedade e não deve ser ignorado é uma batalha cotidiana.

Com a gestora, diante da questão sobre a acessibilidade perguntamos se ocorreu mudanças na estrutura física da instituição para atender seus alunos com deficiência. A gestora nos respondeu o seguinte: “A nossa acessibilidade escolar ainda deixa muito a desejar, principalmente no caso da aluna que tem Hipoplasia Cerebelar; ela precisa de acompanhamento para ir ao banheiro e o banheiro mal cabe uma pessoa, quanto mais duas”. (Fonte: entrevista)

Em relação à instituição de ensino, foi possível perceber que ainda encontra dificuldades para atender os seus alunos com deficiência, a parte estrutural é um dos empecilhos, pois como regulamenta o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), as reformas são necessárias para adequar as escolas para o atendimento inclusivo. A gestora nos informou

que não há acessibilidade para o acesso das crianças e que não houve mudanças no edifício para atender seus alunos.

Em algumas respostas também notamos a dificuldade originada pela pouca formação dos professores quanto à questão do processo da inclusão de alunos deficientes, pois como já foi dito a especialização dos profissionais e dos sistemas de ensino é essencial para todo o progresso de inclusão. Segundo Nóvoa (1992, p. 21): “Já começamos, mas ainda estamos longe do fim. (...) Modificamos a nossa perspectiva de um único modelo de formação dos professores para programas diversificados e alternativos de formação contínua”.

Como diz o autor estamos longe do fim, diante de tantas alternativas para progredirmos em relação a esse debate, ainda estamos a evoluir quanto a essa preparação, a formação contínua que se faz necessária para todos os profissionais da educação.

Mesmo com todas essas questões que geram problemas, notamos que a escola tenta realizar seu papel como agência educadora. Ela se mostra bem receptiva com todos os alunos, dando uma ênfase maior para os alunos com deficiência.

## **6. Considerações finais**

Diante do processo da inclusão dos alunos com deficiência, por meio dos discursos dos profissionais de educação da instituição investigada, notamos que apesar de não possuírem especializações, os profissionais buscam envolver os alunos em atividades escolares que resultem em seus avanços de aprendizagens, embora alguns tenham destacado limitações nesse processo. Todos os alunos com deficiência participam das atividades e pelos depoimentos dados se busca por em prática a proposta de inclusão com as demais crianças.

A partir das políticas públicas já mencionadas no artigo, foi possível identificar que a escola pesquisada ainda não consegue realizar, de fato, o Atendimento Educacional Especializado (AEE), como também não dispõe de acessibilidade em sua estrutura física, como prevê o Estatuto da Pessoa Com Deficiência (2015). Contudo, através dos discursos, concluímos que os profissionais da educação pesquisados permanecem com o olhar direcionado para a proposta da efetivação da educação inclusiva. Reconhecemos, porém, que a escola sozinha não conseguirá dar conta desse papel de garantir uma inclusão que de fato garanta o melhor para todos os alunos. Cabe também as outras instâncias (secretaria municipal, Estadual, Governo Federal) fazerem sua parte.

## Referências

- BARRETA, E. M; CANAN, S. R. **Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, IX ANPED SUL, 2012.
- BRASIL. **Constituição** (1998). Emenda constitucional nº 1/92 a 91/2016, de 5 de outubro de 1998. Título VIII, Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I, Art. 205, pg. 123. Brasília, 2016.
- BRASIL. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jomtien/Tailândia, 1990.
- BRASIL. **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**. Lei nº13.146/2015, de julho de 2015. Senado Federal, Brasília.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 9. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.
- BRASIL. Ministério da Educação. Coleção: **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**, A Escola Comum Inclusiva. Secretaria de Educação Especial, Universidade do Pará, pg. 17-21-22, Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional da Educação**, parecer nº 13/2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013\\_09\\_homolog.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/pceb013_09_homolog.pdf), acesso em: 04, abr, 2020.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 4.024, de 20 de dezembro de 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília – Jan, 2008.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001**. Diário Oficial da União, Brasília, 14 set. 2001. Seção 1E, p. 39-40.
- BRASIL. Secretaria de Editoração e Publicações coordenação de Edições Técnicas. Lei, nº 8.069/1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília, 2017.
- BRASIL. Secretaria de Editoração e Publicações Coordenação de Edições Técnicas. Lei nº 13.146/2015. **Estatuto da Pessoa Com Deficiência**, Brasília, 2015.
- BRASIL. **O Plano de Desenvolvimento da Educação Como Programa de Ação, 2007**.
- GLAT, R; FERNANDES, E, M. Da Educação segregada à Educação Inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da Educação Especial brasileira. **Revista Inclusão**, Brasília: MEC/SEESP, vol. 1, nº1, 2005. Disponível em: <https://pt-static.z-dn.net/files/df5/ac5f60b62303b5061bfba7c01690e129.pdf>, acesso em: 18, set, 2019.
- KASSAR, M. C. M. **Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em revista, Curitiba, n.41, p 61-79, set.2011.
- LIMA, C. A; RODRIGUES, A. P. N. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. Revista Intertérios, Caruaru V..3 n.5, Universidade Federal de Pernambuco, 2017.
- GUERREIRO, E, M, B, R; QUEIROZ, J, G, B, A. Política Educacional e Pedagógica da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Rede de Ensino Público de Manaus. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Junho, 2019. Disponível em: <http://ref.scielo.org/vt6ss>, acesso em: 25, jun, 2019.

- MENDES, E. G; RODRIGUES, O. M. P. R; CAPELLINI, V. L. M. F. **O que a comunidade quer saber sobre educação inclusiva.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, 2003, p. 181-194
- MICHELS, M. H; GARCIA, R. M. C. **Sistema educacional inclusivo: conceito e implicações na política educacional brasileira.** Caderno Cedes, Campinas, 2014, p. 157-173.
- MINAYO, M, C, S (org). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente.** Universidade de Lisboa, ed: Dom Quixote, 1992. Disponível em: [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD\\_A\\_Novoa.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf), acesso em: 25, jun, 2019.
- OLIVEIRA, A. S; LEITE, L. P. **Construção de um sistema educacional inclusivo: um desafio político-pedagógico.** Ensaio: Avaliação das Políticas Públicas Educacionais, Rio de Janeiro, 2007, p. 511-524.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE,** Curitiba, V.1, 2014 (Cadernos PDE).
- PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Revista Educar. Editora: UFPR, Curitiba, 2009, p. 143-156.
- SAMPAIO, C. T; SAMPAIO, S. M. R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** Editora da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.
- SZYMANSKI, H. **A relação família e escola: desafios e perspectivas.** Brasília: Liber, 2010.
- UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.** Resolução 48/96. Nações Unidas, 1994.